

OPINIÃO

A sindemia global na perspectiva brasileira

Ana Paula Bortoletto, Tereza Campello e Patrícia Jaime 1 de Abril de 2022 (atualizado em 28 de Dezembro de 2023)



A queda de qualidade dos padrões alimentares brasileiros é observada em todos os níveis socioeconômicos e traz mudanças profundas no estado de saúde no país

TEMAS

DESIGUALDADE

SAÚDE

SISTEMAS ALIMENTARES

PARCEIRO

CÁTEDRA J. CASTRO/USP

COMPARTILHE



NEWSLETTER

INSCREVA-SE

Há exatamente um ano – na primeira semana de 2021 –, constituía-se a Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis. O intuito da iniciativa era – é ainda – avançar para além de debates setoriais, considerando os impactos negativos do atual sistema alimentar predominante no Brasil e a perspectiva da Sindemia Global de obesidade,

A saber: sindemia é a ação conjunta de duas ou mais doenças ou problemas socioeconômicos que geram uma piora generalizada da situação de uma população. Em outras palavras, ela define uma situação na qual problemas diferentes agem juntos e se reforçam, criando um problema ainda maior e deteriorando a condição social, ambiental e econômica de uma região, de um país ou mesmo do mundo inteiro. O conceito de Sindemia Global foi apresentado em 2019 em relatório comissionado pelo The Lancet e incorpora a visão sistêmica sobre a alimentação e seus impactos na saúde e no meio ambiente, relacionando a má nutrição em todas suas formas (analisada a partir de indicadores de obesidade, desnutrição e deficiência de nutrientes) e as mudanças climáticas.

No Brasil, são robustas as evidências que comprovam os impactos negativos da atual organização do sistema alimentar na saúde da população; e os estudos apontam também alguns caminhos para as transformações necessárias

Para explicar a Sindemia Global, parte-se das causas comuns dessas três questões – obesidade, desnutrição, mudanças climáticas –, com uma visão abrangente sobre as interações e ações capazes de alcançar soluções efetivas. A construção de caminhos para transformar os sistemas alimentares precisa partir de uma compreensão dos problemas estruturais provocados por um sistema industrial global controlado por poucas corporações, que estimula a padronização da produção e do consumo de alimentos, provoca danos à saúde e ao meio ambiente e valoriza alimentos baratos de baixa qualidade nutricional.

Inércia política e caminhos possíveis

A ausência de ações contundentes por parte dos governos está relacionada com a constante intimidação de atores políticos e pressão vinda de grandes corporações e com o desequilíbrio nas relações de poder na tomada de decisão, com pequena participação das camadas mais vulneráveis da

corporações transnacionais no desenvolvimento de políticas públicas, a redistribuição da riqueza para alívio da pobreza e medidas de combate à corrupção nos governos.

As recomendações apresentadas no relatório do The Lancet buscam promover as mudanças necessárias nos sistemas alimentares e incluem diretrizes e ações em um nível internacional. Como seria de se esperar em um documento com recomendações mundiais, há um distanciamento da diversidade de contextos e desigualdades entre as capacidades e condições de cada região ou país para enfrentar a situação. Porém, cabe destacar que as recomendações vão ao encontro dos objetivos da Cátedra Josué de Castro, como o fortalecimento de grupos de discussão e ação nos níveis internacional, regional, nacional e local, que fomentem o pensamento sistêmico e as soluções integradas; o fortalecimento de instituições democráticas e espaços de participação social; e o desenvolvimento de pesquisas sobre determinantes da Sindemia Global em colaboração entre pesquisadores, gestores e sociedade civil. Destacam-se as pesquisas que valorizem os conhecimentos indígenas e tradicionais sobre sistemas alimentares e o uso da biodiversidade para promover uma melhor saúde planetária.

Cenário brasileiro: crescem os ultraprocessados e, junto, a fome

No Brasil, são robustas as evidências que comprovam os impactos negativos da atual organização do sistema alimentar na saúde da população; e os estudos apontam também alguns caminhos para as transformações necessárias. Os dados brasileiros mais recentes sobre o estado de saúde, nutrição, qualidade da alimentação e aumento das desigualdades comprovam o quão incapaz é a estrutura do sistema alimentar predominante para promover bem estar e garantir o direito humano à alimentação adequada para todos. Após anos de declínio e estabilidade, a insegurança alimentar grave voltou a crescer no Brasil, chegando a 19 milhões de pessoas no final de 2020. Mesmo antes da pandemia, foi observada alta prevalência de insegurança alimentar (47%) em domicílios com crianças menores de 5 anos; e os dados apontam ainda para o risco de piora na qualidade da

A queda de qualidade dos padrões alimentares brasileiros é observada em todos os níveis socioeconômicos e traz mudanças profundas no estado de saúde no país. Entre adultos, 55,7% e 19,8% possuem excesso de peso e obesidade, respectivamente, e seguem desenvolvendo doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes – que atingiram, em 2013, 21,4% e 6,2%, respectivamente, dos adultos brasileiros. O consumo crescente e excessivo de produtos ultraprocessados é um dos principais fatores que explicam essas prevalências. Observa-se declínio na compra de alimentos in natura ou minimamente processados e aumento de calorias disponíveis de alimentos ultraprocessados, de 12,6% em 2008-2009 para 18,4% em 2017-2018.

Os impactos ambientais da produção de ultraprocessados também trazem preocupações, principalmente quanto ao uso da agricultura industrial e pecuária intensiva para produção dos ingredientes com baixa biodiversidade e ao maior número de etapas na cadeia produtiva, uso excessivo de embalagem e grandes distâncias transportadas. Em relação ao consumo, um estudo recente mostrou como a ingestão de ultraprocessados aumenta a pegada hídrica das dietas.

Lucro de uns, prejuízo de todos

Na contramão da superação da inércia política, vivenciamos hoje no Brasil a crescente atuação das grandes indústrias de ultraprocessados contra a aprovação de políticas para o enfrentamento da má nutrição, obesidade e outras doenças crônicas. Devido ao seu poder econômico, grandes indústrias de ultraprocessados e do agronegócio exercem estratégias para frear ou impedir ações de combate à obesidade, por exemplo, por serem conflitantes com a venda de seus produtos. Ainda, indústrias de agrotóxicos e de refrigerantes recebem incentivos fiscais e subsídios que premiam suas lógicas de funcionamento. Isso significa dizer que os lucros são maximizados e ficam no âmbito privado dessas corporações, enquanto os prejuízos, de saúde e ambientais, são distribuídos pela sociedade.

Com o aumento do consumo de produtos ultraprocessados pela população brasileira, em substituição à comida de verdade, e com o aumento

profundas. Considerando a complexidade desses desafios, faz-se necessário ir além da compreensão fragmentada sobre os impactos negativos dos sistemas alimentares não saudáveis e insustentáveis e construir pontes cada vez mais sólidas, incluindo múltiplos saberes e práticas. O Brasil é um campo fértil para a construção dessas relações e tem muito a ensinar para o resto do mundo. A Cátedra Josué de Castro se soma a esse emaranhado de iniciativas, partindo da academia com olhares de diferentes campos, para contribuir nos caminhos de superação da inércia política, com ações coerentes, intersetoriais, que mobilizem capacidades e recursos e que enfrentem as assimetrias de poder.

Ana Paula Bortoletto é pós-doutoranda na Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo), pesquisadora do Nupens-USP (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP) e da Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis da USP e consultora técnica do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

Tereza Campello é professora visitante da Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo), professora titular da Cátedra Josué de Castro, pesquisadora do Nupens-USP (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP) e professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Saúde da Escola Fiocruz de Governo. É ex-ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Patrícia Jaime é professora titular do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da USP e vice-coordenadora científica do Nupens-USP (Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da USP). É mestre e doutora em saúde pública pela USP, com pós-doutorado no Nupens-USP e na London School of Hygiene and Tropical Medicine.

Os artigos publicados na seção Opinião do Nexo Políticas Públicas não representam as ideias ou opiniões do Nexo e são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

AUTORITARISMO AVALIAÇÃO BIODIVERSIDADE CIDADES CONSERVAÇÃO
 CORONAVÍRUS CULTURA DEMOCRACIA DESIGUALDADE ECONOMIA
 ECONOMIA DA SAÚDE EDUCAÇÃO ENERGIA FILANTROPIA GESTÃO
 INSTITUIÇÕES JUVENTUDES LONGEVIDADE MEIO AMBIENTE
 MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARTICIPAÇÃO PRIMEIRA INFÂNCIA QUESTÃO RACIAL
 RELIGIÃO SAÚDE SISTEMAS ALIMENTARES

PERGUNTAS QUE A
CIÊNCIA JÁ RESPONDEU

Como o setor ferroviário pode se tornar um pilar da economia brasileira, em 5 pontos

CENERGIA/COPPE/
UFRJ

VEJA AS RESPOSTAS >>



ACADÊMICO

O Novo PAC e os caminhos para o desenvolvimento socioambiental na Amazônia

CPI/PUC-Rio



DADOS

A expectativa de vida no Brasil em quatro gráficos

Gabriel Zanlorenssi e
Giovanna Hemerly

PARCEIROS

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO
DE SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS



CENTRO DE PESQUISA
TRANSDISCIPLINAR
EM EDUCAÇÃO
Evidências e inovação
para políticas públicas





APOIADORES



IBIRAPITANGA



INFORMAÇÕES

SOBRE O NEXO PP

APOIADORES

CONTATO

PADRÕES EDITORIAIS

REDES SOCIAIS



O Nexo Políticas Públicas é um
projeto do Nexo Jornal

